

Anexo IV – Relatórios dos Pilares I – II- III – IV – V

<i>Pilar I</i>	<i>Macroeconomia, Pobreza e Gestão das Finanças Publicas -----</i>	<i>2</i>
<i>Pilar II</i>	<i>Governação -----</i>	<i>10</i>
<i>Pilar III</i>	<i>Capital Humano -----</i>	<i>14</i>
<i>Pilar IV</i>	<i>Desenvolvimento Económico -----</i>	<i>19</i>
<i>Pilar V</i>	<i>Assuntos Transversais -----</i>	<i>23</i>

Pilar I – Macroeconomia e Pobreza

1. Breve perspectiva do quadro macroeconómico para 2010

A economia moçambicana tem-se mostrado robusta, não obstante a conjuntura de crise na economia mundial. No primeiro semestre de 2009, a produção global cresceu em 7,0%¹ e a inflação média² desacelerou para 6,8% em Junho. As receitas fiscais, particularmente as internas, cresceram em termos reais homólogos em 9,5%. Os recursos externos do orçamento do estado cresceram em termos nominais em 14,3%, tendo as despesas de investimento crescido em 15,2% em termos reais. Ainda neste semestre, o sistema financeiro continuou estável, com as taxas de juro de empréstimos³ em Junho a situarem-se 2,64 pp abaixo do nível de Junho de 2008. Este facto, aliado à redução do endividamento do Governo no sistema bancário, permitiu que o crédito à economia crescesse em termos nominais homólogos, em 52,3% em Junho. A estabilidade do sistema financeiro e da economia em geral propiciou o crescimento em 95,6% do investimento directo (incluindo mega-projectos) no primeiro semestre.

Contudo, a redução da procura e preços internacionais, aliados à apreciação da taxa de câmbio real efectiva em 13%⁴ no primeiro semestre, propiciou a queda das exportações em 39,3% (41,8% excluindo mega-projectos), sendo a queda mais acentuada para o camarão, seguido de castanha de cajú, açúcar, madeira, alumínio e gás. Esta queda levou ao agravamento dos défices da balança comercial e conta corrente em 70% e 20,3%, respectivamente. No entanto, os fluxos de ajuda externa, entre outros factores, permitiram a manutenção de níveis confortáveis de reservas (4,6 meses de importações).

Os efeitos da crise económica mundial sobre as exportações poderão induzir a retracção dos sectores da indústria transformadora e mineira, transportes e comunicações, a avaliar pela retracção que estes registaram no primeiro semestre de 2009 e outros efeitos da crise que poderão se manifestar com algum desfasamento. De acordo com projecções do Governo, espera-se que o crescimento da economia desacelere de 6,7% em 2008 para 6,1% em 2009. No entanto, considerando o impacto desfasado da crise financeira sobre a região de África, é possível que a desaceleração do crescimento seja mais acentuada.⁵

Para 2010, o CFMP 2010-2012 assume que a economia mundial e os mercados de exportação recuperem, esperando-se que o crescimento acelere ligeiramente para

¹ Dados sobre o PIB 2009 somente disponíveis para o primeiro trimestre, com o crescimento real de 5%.

² Cidade de Maputo.

³ Para a maturidade de 12 meses.

⁴ Reporta a evolução da média móvel de 12 meses da taxa de câmbio real efectiva até Junho de 2009, considerando as moedas da União Europeia, Estados Unidos da América, África do Sul, Índia e China.

⁵ O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) estimam actualmente o crescimento para 2009 em cerca de 4,5 por cento para África e 5 por cento para Moçambique.

6,3%. Contudo, na hipótese dos países em desenvolvimento recuperarem da crise com algum atraso, e adoptando uma abordagem prudente, poder-se-á rever a projecção de crescimento do PIB para um nível inferior.

Estima-se que a inflação média desacelere para 6,1% em 2009 e 5,6% em 2010. Entretanto, a esperada recuperação da demanda mundial, do preço das mercadorias e uma provável actualização dos preços domésticos administrados e dos combustíveis poderá constituir um factor inflacionário em 2010.

Segundo o Governo, o Orçamento do Estado de 2010⁶ continuará consistente com a perspectiva do CFMP 2010-2012 no sentido dar prioridade à afectação de recursos para programas categorizados como estratégicos, para além de cobrir os custos da política salarial, e o custo com o subsídio aos combustíveis. Os eventuais ajustamentos fiscais para acomodar potenciais alterações nos preços dos combustíveis poderão forçar a realocação na despesa. Para minimizar tais alterações será importante a continuação de esforços para uma programação fiscal mais prudente e internalização de choques externos. Será também cada vez mais importante conter os custos da conta de salários, dado que esta faz o *crowding out* do espaço fiscal para a introdução de políticas a favor do crescimento económico, requeridas para o impulsionamento de pequenas e médias empresas de mão-de-obra intensiva.

2. Breve análise do CFMP 2010-2012

Os parceiros notam que este CFMP é preparado num ano particular, de eleições e onde os documentos estratégicos de longo prazo – PQG e o PARPA – estão ainda em preparação. No entanto, a perspectiva do Governo é de elaborar o CFMP para a afectação dos recursos em função da necessidade de reduzir a pobreza absoluta, assente na dinamização do crescimento económico, promoção do desenvolvimento rural, reforma do Sector Público, desenvolvimento de infra-estruturas e descentralização.

Pressupostos económicos:

Esta versão do CFMP considera como contexto de base a Crise Financeira Mundial que pode ter impacto negativo por via da redução da procura global por produtos primários e o impacto da crise nas economias dos países doadores que poderão ter consequências sobre o volume e composição da ajuda disponibilizada. Dado que o documento foi elaborado em Abril/Maio de 2009, mas somente aprovado em Setembro, o processo de actualização e ajustamentos sobre os pressupostos económicos não foi feito em todas as áreas, em particular sobre inflação, taxa de câmbio e preços de combustíveis, mas tentou responder aos possíveis impactos da crise sobre o sector produtivo. Tomando como base dois cenários de crescimento económico (de 4.3% e 6.1% de crescimento do PIB em 2009), assume-se uma redução do nível de receitas fiscais e uma estabilização no nível de recursos externos. Segundo o cenário mais optimista, o total de recursos vai crescer em termos nominais em cerca de 23% entre 2010 e 2012.

⁶ O Governo não disponibilizou até ao momento, as linhas gerais do OE 2010.

Afectação estratégica de recursos:

Por sectores e programas: A abordagem de orçamentação por programas para a Despesa de Investimento continuará no período 2010-12. Os programas eleitos como estratégicos na área económica são: Produção Agrária; Construção e manutenção de Estradas e Pontes; Electrificação Rural; Desenvolvimento Rural; Turismo; Desenvolvimento Rodoviário; e Desenvolvimento Económico dos Distritos, assim confirmando que os sectores para onde serão canalizados mais recursos são os de infra-estruturas, Agricultura e Desenvolvimento Rural. O documento apresenta descrições muito gerais em termos das acções a desenvolver em cada um dos programas, e estes não são claramente visíveis ou utilizados nas tabelas de afectação de recursos, que são limitadas aos classificadores orgânico e económico. Não está incluída nenhuma informação sobre a componente importante do custo do subsídio aos combustíveis. A informação sobre projectos com financiamento externo é ainda muito limitada.

Por nível geográfico: As projecções efectuadas para 2010-12 continuam a reflectir o esforço do Governo na descentralização da execução dos fundos para Despesas de Funcionamento na rubrica de Despesas com Pessoal, para os níveis provincial e distrital. Ao nível provincial, uma maior proporção de recursos foi dotada para as províncias mais populosas, tendo-se verificado um reforço da dotação da componente interna de investimento. Uma análise mais aprofundada sobre esta componente, também em relação às dotações por programas deverá ser ainda elaborada.

Por rubrica orçamental: Para 2010 projecta-se maior volume de despesas nas rubricas de Encargos Gerais do Estado e Despesas de Funcionamento reflectindo a despesa com a Política Salarial e Assembleias Provinciais em 2010 e Política Monetária em 2012. Em 2010, cerca de 62% do total da Despesas de Funcionamento será absorvida por Salários e Remunerações, sendo incluídos os custos de da implementação da Política Salarial (856,9 Milhões Mtn) e o Subsídio de Localização (85 Milhões Mtn) e assumida a manutenção da política de descompressão salarial) e cerca de 25% absorvida por Bens e Serviços. Nenhuma informação foi incluída sobre novos recrutamentos, reformas, tipos de aumento, entre outros aspectos. Também não se detalha informação sobre Operações Financeiras, Transferências e Subsídios.

Dado que não foi possível fazer a análise da coerência entre o quadro macroeconómico, o CFMP e a proposta de orçamento para 2010, a informação disponível e os desenvolvimentos mais recentes, os parceiros vêem a necessidade de continuar esta análise de forma mais profunda e em particular entender como são abordadas as seguintes questões na proposta de OE 2010:

- Actualizações dos pressupostos económicos, em particular sobre a inflação, taxa de câmbio, preços internacionais dos combustíveis e como estes se reflectem no envelope de recursos em termos reais;
- A afectação estratégica de recursos na base de informação mais detalhada na base dos classificadores programáticos e informação sectorial, de forma a se poder aferir de forma mais clara como os objectivos estratégicos e as políticas de afectação de recursos se traduzem em dotações efectivas nos sectores prioritários de despesa;

- Como as decisões de financiamento de novas prioridades (em particular o subsídio a combustíveis) e pontos de pressão de despesa implicam em decisões de realocação de recursos e como se mantém o equilíbrio orçamental, a sustentabilidade da despesa pública e a ligação estreita com os objectivos estratégicos de afectação de recursos.

Em particular, considerando que a recente decisão de introduzir um subsídio de combustíveis *de facto* tenha um custo esperado de cerca de 0.5% do PIB em 2009, no contexto de preços internacionais de combustíveis altamente voláteis, o custo real deste subsídio poderá ser mais elevado se os preços internacionais do petróleo aumentarem mais. Apesar de se perceber a pressão política e social desta medida e de o Governo ter indicado a intenção de reversão para o mecanismo normal de transmissão de preços no início de 2010. O Governo já declarou a intenção de fazer a retirada gradual do subsídio em 2010.

Por outro lado, considerando que a sustentabilidade fiscal é um dos objectivos da política salarial de médio prazo, e que os custos projectados já estão fora do limite de custo de 8.4% do PIB estabelecido nessa política salarial, existe o risco de que uma expansão da dimensão do sector público (cuja planificação não é conhecida pelos parceiros), e a sua conta de salários possam limitar o espaço de gestão fiscal, comprometendo a sustentabilidade do crescimento económico actual. Os parceiros gostariam que esta discussão considerasse também a relação com as prioridades estratégicas de afectação de recursos que o Governo pretende prosseguir.

3. Indicadores e metas para o QAD 2010 e metas indicativas para 2011

Apesar de os TdR para o presente exercício requererem a proposta de metas para 2010 e 2011 no contexto dos recursos orçamentados, a informação sobre o CFMP foi somente disponibilizada na véspera da data de submissão dos relatórios dos grupos de trabalho, tornando praticamente impossível analisar a relação entre as metas acordadas e a política de afectação de recursos. Foi no entanto assumido, que dentro do possível os diferentes grupos de trabalho tomaram em consideração as respectivas propostas sectoriais existentes para o PES e OE 2010.

A seguir, o ponto de situação para os 9 indicadores e metas do pilar:

- **Observatórios de Desenvolvimento (OD) provinciais** (indicador 1): Embora o indicador tenha sido modificado em 2009 para assim capturar aspectos qualitativos, as metas para 2010 e a indicativa para 2011 foram fixadas de acordo com o nível de realização no ano 2008. A calendarização dos Observatórios de Desenvolvimento (OD) para o primeiro trimestre do ano é o mais desejável para assim criar sinergias com outros processos com destaque para os inputs da planificação e orçamentação. A meta acordada para 2010 e indicativa para 2011 é de realização em OD provinciais em 11 províncias.
- **Despesa agregada como % do OE aprovado** (indicador 2): O texto da nota técnica foi actualizado para reflectir melhor as especificidades da avaliação. As metas acordadas para 2010 e indicativa 2011 continuam a ser de despesa agregada como percentagem do OE aprovado entre 95% e 105%.
- **Alocação no OE em linha com o CFMP** (indicador 3): indicador e meta acordados para 2010 permanecem como nos anos anteriores. No entanto a nota

técnica foi actualizada para reflectir melhor como avaliar o processo de melhoria do ciclo orçamental. Foi iniciado o processo de diálogo sobre como melhorar a ligação entre o processo de orçamentação e o CFMP, mas a análise ainda precisa de ser aprofundada. A meta indicativa para 2011 e possivelmente o indicador deverão ser definidos posteriormente.

- **Pesquisa de Localização das Despesas Públicas ("PETS")** executada numa base bianual (indicador 4): Meta acordada para 2010 de início do trabalho de campo do PETS no sector de Saúde, e indicativa para 2011 de Pesquisa realizada e plano de implementação acordado.
- **Percentagem de execução do Orçamento realizado por via directa** (indicador 5): O indicador para 2010 foi ligeiramente alterado para enfatizar o foco e os desafios actuais da implementação do e-SISTAFE do uso efectivo dos sistemas. O novo indicador ficou: "Percentagem da execução total Orçamento do Estado realizada pela via directa." A meta para 2010 correspondente a este indicador fica: 37.5 % da despesa total deve ser executada pela via directa. Esta meta segue a tendência de monitorar a implementação do SISTAFE a um nível mais agregado e dar cada vez mais enfoque no uso real e no impacto do sistema. Esta meta considerou os níveis actuais de execução do orçamento por via directa (23.61% no fim de 2008), a posição actual e as perspectivas de algumas iniciativas de reforma que permitirão o aumento do nível de realização. Não foi estabelecida nenhuma meta indicativa para 2011.
- **Receitas do Estado em % do PIB** (indicador 6): A meta proposta para 2010 foi revista para baixo em relação a valores indicativos anteriores, reflectindo um abaixamento no nível de execução estimado para 2009 e o efeito esperado da crise económica no sector produtivo e de comércio internacional. Os valores das metas são os do CFMP 2010-12 e precisam de ser confirmados pelo Ministério das Finanças após a submissão do OE 2010 ao Parlamento.
Sistema de Procurement operacional (indicador 7): Indicador e meta acordados. A nota técnica foi actualizada para reflectir melhor no sub-conjunto de indicadores propostos, as recomendações da avaliação do sistema de Aquisições Públicas (CPAR) feita em 2008. Todavia tem sido complicado incluir grande parte do quadro específico sugerido durante o processo de CPAR. Os novos dados do M&E que o CPAR sugeriu deveriam estar disponíveis até ao final de 2009 mas apenas estarão no final de 2010.
- **% instituições de nível central e provincial com Órgãos de Controlo Interno (OCI's) em funcionamento** (indicador 8): O grupo concordou em não mudar o indicador para 2010 e confirmou em manter a meta de 100% que será atingida no pressuposto de que haverá cobertura orçamental do estado para o controle interno. No entanto decidiu-se actualizar a nota técnica e introduzir algumas alterações na classificação dos OCI's em funcionamento. Para 2011, o grupo concordou em encontrar um novo indicador e iniciar com um diálogo em relação ao mesmo.
- **Cobertura do OE auditado pelo TA conforme as normas técnicas do INTOSAI e segundo a legislação moçambicana** (indicador 9): Acordada uma meta de 37 % da cobertura do Orçamento do Estado, pelas auditorias, para o ano de 2010. Foi também reconfirmado o compromisso do Tribunal Administrativo com as metas do PLACOR, relativamente às auditorias de 2009 e

2010. A nota técnica foi actualizada. Acordo sobre necessidade de iniciar um diálogo sobre esta área e definir um novo indicador para 2011.

Indicadores sem meta indicativa para 2011

Os seguintes indicadores carecem de uma discussão mais ampla e aprofundada no contexto da Gestão de Finanças Públicas (GFP), com vista a um melhoramento da qualidade do indicador, ou uma melhor ligação com os objectivos estratégicos definidos, ou ainda uma melhor articulação com o processo de desenvolvimento da visão e estratégia de GFP.

- Alocação no OE em linha com o CFMP: dada necessidade de maior ênfase sobre os processos de reformas necessárias no processo de orçamentação, em particular com o desenvolvimento do classificador programático e uma melhor articulação entre objectivos estratégicos, metas físicas, seu custeamento e tradução num processo orçamental de melhor qualidade, ficou acordado que se deve aprofundar a discussão e melhorar este indicador para 2011 e no contexto do novo PARPA.
- SISTAFE . Execução OE por via directa: O Ministério das Finanças está preparando um plano de acção para o contínuo desenvolvimento do e-SISTAFE e seus módulos nos próximos anos, sendo assim é mais apropriado estabelecer a meta quando este plano for aprovado. Além do mais há ambição de continuar a melhorar a monitoria do uso do e-SISTAFE, portanto a meta de 2011 pode ser definida para incluir o cumprimento das regras de execução e o impacto da implementação do SISTAFE.
- Receita do Estado em % do PIB: necessidade de reflectir o esforço de reforma e de aumento de receita, em função da política e base tributária.
- Auditoria interna: A definição do novo indicador deverá ter em conta: (i) Indicadores de controlo interno no contexto da GFP; (ii) O que se pretende atingir em termos de objectivos em relação ao indicador a definir; (iii) Que tipo de indicador que se pretende: de impacto, acção, produto ou um indicador sobre a política macroeconómica; (iv) Relação entre indicadores nacionais e internacionais (PEFA, INTOSAI, FMI); (v) Indicadores quantitativos versus qualitativos? (vi) indicadores que reflectem objectivos imediatos ou a longo prazo.
- Auditoria externa: A definição do novo indicador nesta área devesse ter em conta, entre outros pontos: (i) A redução da amplitude da diferença entre as auditorias realizadas e as julgadas; (ii) A redução do tempo das auditorias; (iii) O seguimento dado às auditorias; (iv) a explicação /melhoria da matriz de risco que justifica a escolha das instituições a auditar e (v) número de auditorias /instituições auditadas como percentagem do volume total das instituições que precisam ser auditadas.

Sobre o indicador 7 relativo ao sistema de aquisições, apesar de ter sido acordada a meta indicativa para 2011, ficaram ainda por definir e melhorar alguns elementos de monitoria do sistema, definidos na nota técnica na sub componente de capacidade institucional e de gestão, e na de integridade e transparência.

4. Assuntos de atenção especial: progressos e principais desafios em 2010

Os assuntos de atenção especial sob responsabilidade do pilar são:

4.1. *Assegurar, a médio prazo, maior **equidade e eficácia na alocação de recursos** reforçando a abordagem da **planificação e orçamentação programática** do CFMP e instrumentos relacionados:*

Um dos papéis do CFMP é estabelecer a ligação entre as estratégias e a afectação de recursos públicos. Apesar de este instrumento se subordinar aos instrumentos estratégicos de longo prazo, PQG e o PARPA, o CFMP 2010-12 aprovado, foi elaborado num contexto em que estes documentos ainda estão em preparação. No entanto, o CFMP programa a afectação dos recursos com o objectivo de reduzir a pobreza absoluta, assente na dinamização do crescimento económico, promoção do desenvolvimento rural reforma do Sector Público; desenvolvimento de infra-estruturas e descentralização. Em 2009 o Governo prosseguiu com a emergente abordagem de orçamentação por programa. Esta metodologia visa reforçar a planificação tradicional sectorial, procurando assim melhorar a afectação prioritária de recursos para aspectos que de facto contribuem de forma mais directa para o alcance do objectivo de redução dos níveis da pobreza absoluta. Com efeito, o CFMP dá maior prioridade à materialização das acções inseridas nos programas estratégicos e prioritários. Segundo o documento do CFMP, maior atenção é dada para o triénio 2010-12 a afectação de maior proporção de recursos para as províncias com maior população, mas também se reconhece que o factor populacional não deve ser o único determinante para a garantia de equidade, e que na esfera económica o cenário de equidade é mais complexo que na esfera de acesso a serviços sociais. O processo de alinhamento entre os instrumentos de planificação e orçamentação será melhorado com o processo de implementação e aprofundamento da orçamentação programática e o uso amplo dos outros classificadores (como o funcional) aos vários níveis do governo.

4.2. *Acelerar a adesão do País à **iniciativa EITI** bem como realizar concursos competitivos e transparentes com vista a evitar o surgimento de conflitos de interesse.*

Texto separado do relatório do pilar.

5. Principais estudos previstos para 2010-2011

Durante o ano de 2009 está prevista a finalização de alguns estudos e avaliação do PARPA II, assim como inquéritos importantes sobre a situação de pobreza em Moçambique. Estes estudos e trabalhos servirão certamente de base para um trabalho analítico mais aprofundado que deverá prosseguir em 2010 - 2011. Assim, na área de gestão macroeconómica e análise da pobreza, até ao momento da conclusão da RP-QAD, ainda não estavam planificados e definitivamente acordados trabalhos analíticos específicos, mas será dada prioridade a qualquer trabalho necessário relacionado com o desenvolvimento do PARPA III, com enfoque na

análise da dinâmica da pobreza, políticas económicas que sustentem o crescimento de base alargada e o desenvolvimento sustentável.

No contexto mais específico do sistema de Gestão de Finanças Públicas (GFP), e segundo entendimentos já havidos no contexto da parceria para a provisão de Apoio Directo ao Orçamento, está acordado que serão realizados os seguintes estudos em 2010 para apresentação na Revisão Anual de 2011:

- PETS (Pesquisa e Localização de Despesas Públicas) no sector de Saúde: trabalho de campo a relatório preliminar a ser concluído até fins de 2010
- Avaliação PEFA (Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira): trabalho de campo a iniciar em 2010, cobrindo os 3 anos fiscais completos 2007-2009.

Outros estudos ou trabalho analítico adicional, como por exemplo um trabalho de Revisão de Despesas Públicas (PER), ou aprofundamento de estudos já realizados, poderá ser especificado e acordado posteriormente.

Pilar II - Governação

O Aide Memoire tem precedência sobre este relatório

Sumário Executivo

O presente relatório surge no âmbito da Reunião de Planificação do QAD – 2009 que teve como objectivos: Acordar indicadores e metas para o ano **2010** (incluindo notas técnicas para cada indicador); Acordar metas indicativas para o ano **2011** e Identificar progressos registados em relação aos **Assuntos de Atenção Especial** levantados durante a Revisão Anual de 2009 no **Pilar da Governação** que compõem os **Grupos da RSP, Descentralização e Justiça**.

Este processo constatou que ainda há necessidade de refinamento dos mecanismos de recolha e tratamento de informação em tempo útil.

Indicadores

Na área da **Reforma do Sector Público**, (indicador 12) manteve-se a meta para 2009 e se propôs novas metas para 2010 e 2011 de acordo com as Nova política salarial aprovada pelo Conselho de Ministros. Na área de **Descentralização**, da avaliação feita aos três (3) indicadores o Grupo manteve integralmente mantida (indicadores 10, 11 e 13). Relativamente aos cinco indicadores (14, 15, 16, 17 e 18) **na área da justiça** foram aprovados a meta para 2010 e meta indicativa para 2011 do indicador 18; foram aprovados a meta para 2010 e a meta indicativa para 2011 do indicador 17; foram aprovados a meta para 2010 e a meta indicativa para 2011 do indicador 16 com uma nota de referencia sobre o ponto 2.6 relativamente ao valor envolvido; submetido aos parceiros uma proposta de metas para o indicador 15 ainda a negociação; o indicador 14 acordou-se a negociação entre os parceiros e o GoM e o Tribunal Supremo sobre as metas.

Progressos nos assuntos de atenção especial

RSP

Acelerar o passo da implementação da estratégia anti-corrupção a nível sectorial

A Revisão Conjunta (RC) de Abril de 2009 constatou, entre outros aspectos, a persistência de dificuldades na medição do impacto da implementação da Estratégia Anti-Corrupção (EAC); tendo (por conseguinte) recomendado acelerar o passo na sua implementação a nível sectorial, reforçando a sua monitoria, através da melhoria dos respectivos indicadores e pela intervenção dos Observatórios de Desenvolvimento (OD) no processo de monitoria da EAC. Em termos de acções adicionais que precisam de ser realizadas, a curto prazo, e os respectivos indicadores, destacam-se no quadro que se segue:

ÁREAS DE FOCO	ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA EAC	INDICADORES DE PRODUTO
1. Avaliação da implementação da EAC	Realização da 2ª Pesquisa Nacional sobre Corrupção e Governação com início no mês de Novembro de 2009 e sua conclusão no mês de Abril de 2010 com a submissão do relatório final.	Relatório disponível e divulgado a nível nacional.
	Introdução da pesquisa de avaliação da prestação de serviços ao cidadão ⁷	Relatório disponível e divulgado a nível nacional.
	Inclusão no BdPES 2009 da avaliação da EAC através dos Planos Anti-Corrupção sectoriais e provinciais.	BdPES 2009 incorporando a avaliação de acções da EAC
2. Planos sectoriais Anti-Corrupção implementados: <ul style="list-style-type: none"> • Saúde • Educação • Judiciário • Interior • Finanças 	Implementação das acções constantes nos Planos Sectoriais Anti-Corrupção em função dos resultados das recomendações do Governo.	Planos Sectoriais Anti-Corrupção (revisados) disponíveis e em implementação.
	Integração dos Planos anti-Corrupção revistos no PES.	PES 2011 sectoriais integram todas acções dos Planos Anti-Corrupção Sectoriais.
3. Planos Anti-Corrupção Provinciais e sectoriais referentes aos sectores não abrangidos no plano nacional	Revisão dos Planos Provinciais e sectoriais Anti-Corrupção em função dos resultados das recomendações do Governo.	Planos Provinciais Anti-Corrupção (revisados) disponíveis e em implementação.
	Reforçar os mecanismos de supervisão e monitoria da EAC com o reforço da capacidade técnica dos Observatórios de Desenvolvimento provinciais e conselhos consultivos	Monitorada pelos vários intervenientes do processo os Planos sectoriais anti-corrupção.

⁷ Esta pesquisa vai se incidir nos 12 serviços chaves nomeadamente: Serviços de viação (emissão de cartas de condução); urgências nos hospitais, licenciamento de empreiteiros, alfândegas e impostos (IRPS, IRPC, IVA), registo civil, Registo Criminal, emissão de certificados (MEC), Matrículas, distribuição de livros escolares (MEC), emissão de DUAT, Visto do TA, serviço de fixação de pensões de aposentação. A sua realização irá ocorrer de Setembro a Dezembro de 2009.

ÁREAS DE FOCO	DE ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA EAC	INDICADORES DE PRODUTO
	distritais	
	Integração dos Planos Anti-corrupção sectoriais e Provinciais nos respectivos PES.	PES 2011 províncias integram todas acções dos Planos Anti-Corrupção sectoriais metodologia do Governo para a planificação do PES 2011 devesse incluir informação sobre o que se espera das provinciais.
4. Reforço da monitoria da implementação da EAC	Monitoria a nível nacional, pela UTRESP fortalecida	Informes/relatórios semestrais/anuais
5. Transparência e acesso a informação.	Disponibilizar informações relevantes aprovados pelo Governo em formato electrónico nas páginas Web, sobre a Planificação orçamental, como por exemplo, documentos de Execução do orçamento do Estado. Cenário Fiscal do Médio Prazo, Orçamento das Províncias.	Documentos sobre o Orçamento nos sites da DNO/MPD/MF.
6. Lei Anti-Corrupção	Revisão da Lei Anti-Corrupção	Lei anti-corrupção revista/aprovada

Justiça

Melhorar a gestão de informação necessária para a monitoria e avaliação do pilar da governação em tempo útil paralelamente a necessidade de elaboração do plano de acção para implementação das recomendações da auditoria de desempenho no sector da justiça.

No âmbito da monitoria das acções do PARPA II, foi realizada a auditoria de desempenho ao Sector da Justiça, que foi divulgada no passado mês de Março e revelou-se na óptica do Sector bastante importante tanto do ponto de vista de constatação dos constrangimentos como também da melhoria do funcionamento do

Sector para melhor garantir a prestação de serviços ao cidadão. Neste sentido, as recomendações resultantes foram acolhidas pelas instituições auditadas e elaboradas matrizes concernentes as acções de seguimento, relativas as onze instituições centrais auditadas. Duas destas matrizes, previstas para o mês de Junho, foram partilhadas com os parceiros no início do presente mês, aguardando-se informação adicional quanto às outras matrizes, a serem disponibilizadas até o dia 11 de Setembro corrente, bem como, quanto à implementação das acções pelas respectivas instituições (Anexo: Matrizes de seguimento). Os parceiros propõem reuniões regulares (trimestrais), com o Sector, no seio do fórum de monitoria do PEI para acompanhamento da sua implementação.

Realizar o estudo comparativo sobre a adequação da legislação anti-corrupção de Moçambique às convenções regionais e internacionais ratificadas

Na luta contra a corrupção importa realçar a aprovação, no final do passado mês de Julho, do Plano Nacional de Integridade do Judiciário, bem assim, o início do processo de harmonização da legislação nacional anti-corrupção com os diplomas legais internacionais sobre a matéria ratificados por Moçambique, tendo sido realizadas três seminários regionais. Neste último contexto, é referir que está a decorrer o processo para a elaboração da lei sobre a protecção de testemunhas e denunciantes, tendo sido elaborados os Termos de Referência para a contratação dos consultores, onde está prevista a conclusão da anteproposta até finais de Dezembro do corrente ano (Anexo: Termos de Referência para contratação dos consultores).

Informação Adicional

Neste momento, a informação disponível relativa aos estudos a serem elaborados resume-se à Revisão do Sector da Justiça, a ser financiado pela Embaixada da Suécia.

Pilar III - Capital Humano

Metas e indicadores do QAD de 2010 e 2011

A maior parte dos indicadores do pilar mantém-se exceptuando o sector de águas e saneamento

- Já no último PAF-CoG (Set. 2008), no sector de Saúde foi substituído o indicador relativo à “*Distribuição de redes mosquiteiras a mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos em distritos sem pulverização*”, pelo indicador relativo à componente de recursos humanos “*Habitantes por Pessoal Técnico de Saúde*”.
- Na área de Água e Saneamento, o anterior indicador foi substituído por indicador de resultado “% da população com acesso à água potável (zonas rurais e urbanas)”, de forma abranger o meio rural e urbano, adicionalmente foi incluído um indicador para o saneamento “% da população com acesso a serviço de saneamento adequado (zonas rurais e urbanas)”

Observa-se um ajusta às metas dos indicadores, principalmente nos indicadores:

- “*Taxa de cobertura com DPTHepBHib3 em crianças menores de 1 ano de idade*” (Saúde) a qual é consequência da introdução de novos instrumentos de registo e monitoria das actividades de vacinação, que se julga serem mais reais do que até então o programa proporcionava.
- “*Com a inclusão dos novos indicadores no sector de água e saneamento foram igualmente estabelecidas metas para estes indicadores* Que indicam um nível crescimento na ordem de 2.5% anual para água e saneamento
- de Acção Social, onde as metas definitivas para 2010 e a indicativa para 2011 foram fixadas de acordo com o nível de realização no primeiro semestre de 2009 e do CFMP 2010-2012, em 262.383 e 303.328 beneficiários, respectivamente. A meta definida continua contudo abaixo da meta (294.400 beneficiários) inicialmente definida nas matrizes do PARPA II e do QAD, bem como do universo das pessoas que necessitam de assistência social básica.

Tabela 1: Indicadores e metas do Pilar Capital Humano

Área	Indicador	2008	Metas QAD		Novas Metas para RP-QAD	
		Real	2009	2010	2010	2011
Saúde	1 Taxa de cobertura com DPTHepBHib3 em crianças menores de 1 ano de idade	87%	95%	> 95%	89%	90%
	2 Taxa de cobertura de partos institucionais	55%	60%	62%	62%	63%

	3	Habitantes por Pessoal Técnico de Saúde	1,310	1,306	1.202	1.202	1.064
	4	Nº de adultos com infecção HIV avançada que recebem o TARV (terapia anti-retroviral) combinado segundo os protocolos nacionais	118,937	148,500*	190.00	170,900	197,900
	5	Nº de crianças que beneficiam do TARV pediátrico	9,393	11,500	18.0000	18,817	23,818
Educação	1	Taxa líquida de escolarização aos 6 anos, Raparigas	72,9%	76%	79%	79%	81%
	2	Taxa de conclusão EP2 – Raparigas	34%	44%	46%	46%	50%
	3	Rácio alunos por professor no EP1	71	68	65	65	63
Acção Social		Nº de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar beneficiando de programas de protecção social		204.827	232.8277	262.383	303.328
Água e saneamento		% da população com acesso à água potável (zonas rurais e urbanas)	n/a	n/a	n/a	59.2%	61.9%
		% da população com acesso a serviço de saneamento adequado (zonas rurais e urbanas)	n/a	n/a	n/a	47%	50%

É importante salientar que, devido à publicação oficial dos novos dados sobre a população, as metas que dependem desta informação, principalmente as taxas de cobertura na educação e saúde serão ajustadas.

1. Lista com estudos analíticos planificados pelo MISAU e os parceiros durante o ano 2010

No sector de Saúde, estão programados vários estudos analíticos e avaliações:

- Estudo sobre os determinantes dos padrões de uso de cuidados institucionais de saúde materna
- Estudo sobre factores operacionais associados com a incongruência entre a coberturas vacinais e outros dados epidemiológicos sobre doenças
- Estudo sobre o peso do trauma na Saúde Pública em Moçambique
- Avaliação da efectividade do uso de testes de diagnósticos rápidos (TDRS) em malária
- Estudo sobre seguro de Saúde em Moçambique (experiência de pré-pagamento, seguros comunitário)
- Inquérito epidemiológico e estabelecimento de técnicas avançadas de diagnóstico de Tripanossomíase Humana Africana
- Estudos seroepidemiológicos sobre rubéola
- Avaliação de técnicas diagnósticas para HIV
- Avaliação da imunidade contra doenças preveníveis por vacina
- Estudos sobre prevalência de vírus respiratórios
- Avaliar o estado da anemia e desnutrição associada a parasitoses intestinais e Bilharziose em crianças na Província de Sofala.
- Avaliar o estado de saúde do trabalhador colector do lixo da cidade de Maputo em relação a parasitoses intestinais
- Fazer o levantamento de aspectos epidemiológicos relacionados com a transmissão da Bilharziose urinária em Moçambique
- Fazer o estudo sobre a etiologia das febres nas unidades sanitárias do país

O sector da Educação e Cultura vai se concentrar em 2010 na avaliação da implementação do seu Plano Estratégico com objectivo principal de criar uma base para a elaboração de novo Plano Estratégica 2011-2015. O enfoque da avaliação será na:

- Definição do estado actual no sector, relativamente aos seus indicadores principais (2010)
- Análise do impacto das principais reformas no sector, concebido no contexto do Plano Estratégico para atingir as metas estabelecidas.

No sector de abastecimento de água e saneamento, prevê-se a realização de dois estudos fundamentais, nomeadamente:

- Avaliação do Impacto do processo de descentralização dos fundos para os níveis distrital e provincial.
- Levantamento sobre o grau de uso das infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento.

Na área de acção social estão a ser realizados durante o ano seguinte:

- Elaboração do Plano Operacional da Estratégia Nacional de Protecção Social Básica (dependerá da aprovação da própria estratégia);
- Avaliação do Impacto do Programa do Subsídio de Alimentos (PSA).

2. Assuntos pendentes da Revisão Anual 2009**a. *Acelerar a tomada de medidas especiais para mitigar os efeitos da crise nas camadas mais pobres da população, entre outras, na área da Protecção Social***

A resposta do sector relativamente às medidas para mitigar os efeitos da crise nas camadas mais vulneráveis da população, está ligado aos limites orçamentais alocados ao Sector que não têm sido suficientes para abranger os potenciais beneficiários elegíveis (a constante ultrapassagem anual das metas é sintomático desta situação). Portanto, o MMAS está elaborando, com apoio dos parceiros, uma proposta de Estratégia Nacional de Protecção Social Básica o qual inclui nos seus objectivos, por um lado, a extensão dos serviços para a cobertura de um número maior de beneficiários e, por outro, a necessidade de indexação dos valores do subsídio de alimentos ao valor da inflação.

b. *Acções tendentes a reverter a taxa de mortalidade infantil e materna intra-hospitalar*

No âmbito de acções para a redução da mortalidade materna e infantil intra-hospitalar durante o ano 2010 o MISAU vai privilegiar a continuação de acções de formação para o pessoal da saúde bem como Agentes Comunitários de saúde e a supervisão e apoio técnico às Províncias pelo grupo de Médicos Gineco-obstetras e Pediatras. Além disto, será reforçado o rastreio do Cancro do Colo do Útero e será continuado o apetrechamento das Unidades sanitárias com kits para o atendimento de mulheres e crianças.

c. *Acções orientadas para a redução das taxas de subnutrição crónica da criança*

Em 2010, pretende-se implementar e intensificar as principais intervenções chave para a redução da desnutrição crónica, através da implementação de acções de Promoção intensiva do aleitamento materno, com ênfase no aleitamento materno exclusivo; que incluirá a formação de grupos de apoio à amamentação, a formação de profissionais de Saúde em Alimentação Infantil. Será desenvolvido e implementado um programa de Suplementação Alimentar e Nutricional para mulheres grávidas e lactantes, raparigas adolescentes e crianças dos 6-24 meses de idade; e também serão desenvolvidas acções tendentes a melhorar o Programa de Reabilitação Nutricional e dos cuidados nutricionais básicos ao nível das Unidades Sanitárias e Comunidades, entre outras.

d. *Acções para melhor fazer face à pandemia do HIV e a sua prevenção e mitigação*

As acções de prevenção e mitigação são transversais. Nesse sentido, o MISAU irá desempenhar um papel activo na prevenção do HIV, através do desenvolvimento de acções que visam promover o aconselhamento e testagem em saúde, e a expansão e melhoria da qualidade de TARV através

da formação de técnicos e conselheiros. O sector da educação continua a expansão dos seus programas de prevenção em todo o país, e a implementação da política de HIV/SIDA no local de trabalho para mitigar os impactos negativos no sector e na vida pessoal dos seus funcionários. Para garantir a implementação destes programas, o sector conta com a libertação dos fundos indicativos do CNCS.

- e. *Assuntos ligados ao desempenho dos parceiros*
A redução prevista do financiamento ao sector da educação a partir de 2010, causada principalmente pela redução dos fundos externos é preocupante para a futura manutenção e desenvolvimento do sistema.

Pilar IV - Desenvolvimento Económico

1 INDICADORES DO QAD

Foram reformulados os indicadores 28 e 29 e foi substituído o indicador 31 bem como as respectivas metas, conforme descritos nas notas técnicas. Em relação aos outros indicadores do pilar foram estabelecidas as metas para 2010 e 2011. De referir que as notas técnicas de todos os 9 indicadores do pilar foram revistas e actualizadas. Foi igualmente proposto a introdução de um novo indicador 41 visando monitorar a actualização das taxas de DUAT. O grupo técnico de agricultura deverá no prazo de 30 dias proceder a submissão da respectiva Nota Técnica depois de apreciadas todas as implicações e acautelados os interesses dos mais vulneráveis, principalmente as comunidades.

2 ASSUNTOS DE ATENÇÃO ESPECIAL

2.1 Criação de um ambiente favorável ao sector produtivo

Face aos prováveis efeitos da crise financeira/económica internacional sobre a economia moçambicana, a Revisão Conjunta 2009 recomendou ao Governo de Moçambique (GdM) a aceleração da implementação de medidas concretas para estimular o desenvolvimento do sector produtivo e atrair investimentos, com enfoque na rápida melhoria do ambiente de negócios e no apoio às pequenas e médias empresas.

Neste sentido, durante o primeiro semestre de 2009, o GdM adoptou um conjunto de reformas visando a flexibilização da resolução de conflitos laborais, a operacionalização dos benefícios fiscais, a flexibilização da aprovação de projectos de investimento, o incremento da coordenação da inspecção das actividades económicas, a facilitação do comércio internacional, a simplificação de procedimentos para o licenciamento de actividades, a combinação de alguns procedimentos para a obtenção de licenças de construção, bem como, a simplificação do processo de pagamento dos impostos, a combinação destas reformas resultou numa apreciação positiva da evolução do ambiente de negócios o que levou a uma melhoria do posicionamento do país no ranking do *Doing Business* tendo passado da 140^a para 135^a posição.

Não obstante, verifica-se ainda um ritmo lento na adopção e implementação das reformas identificadas como vitais para a melhoria do ambiente de negócios, vector chave para a mobilização de importantes recursos do sector privado para sustentar o desenvolvimento socio-económico do país. No geral, a maioria das reformas recomendadas pela RC 2009 ainda não foram adoptadas pelo GdM, nomeadamente: combinação de procedimentos para abertura de empresas (declaração de início de uma actividade no Departamento Fiscal, registo da empresa para efeitos do IVA e registo dos trabalhadores no sistema de segurança social); simplificação do processo de contratação de trabalhadores estrangeiros e a clarificação dos procedimentos para a contratação de trabalhadores estrangeiros para além da quota; a redução do tempo necessário para a importação e exportação por via da eliminação da inspecção pré-embarque, e o alargamento do conjunto de mutuários que se podem beneficiar de empréstimos em moeda estrangeira.

Para 2010, propõe-se a manutenção do indicador 30 (tempo necessário para efectuar uma importação e exportação cujas metas são de 15 e 10 dias para 2010 e 2011 respectivamente no que tange tanto às importações como às exportações. Foi proposto o novo indicador 31 e que deverá monitorar a “Simplificação de licenças para o exercício da actividade empresarial” com vista a melhorar o ambiente para o florescimento de um sector produtivo dinâmico e sustentável.

2.2 Sector da agricultura

No âmbito do processo do QAD foram analisadas e elaboradas notas técnicas (vide anexo 1, 2 e 3) onde se estabeleceu as metas para 2010 e metas indicativas para 2011. Para o sector da agricultura, havia necessidade de incluir uma breve descrição do progresso nos assuntos de atenção especial (Acções para facilitar uma melhor compreensão sobre a aplicação da Lei de Terras para as comunidades), levantados durante a Revisão Conjunta de 2009.

Para o caso dos indicadores que foram propostas metas diferentes das planificadas, segue-se a fundamentação do acordado.

1.1 SUBSECTOR DE EXTENSÃO AGRÁRIA – Indicador N. 32: “Nº total de produtores assistidos pelos Serviços Públicos de Extensão incluindo *outsourcing*”.

Para 2010 espera-se que haja uma redução da meta de 500.700 produtores assistidos para 400.000 devido aos seguintes factos:

A meta de 500.700 tinha como pressuposto a existência de 1024 extencionistas e a implementação do PRONEA com a nova abordagem baseada no modelo de extensão participativa onde, os produtores, facilitadores, privados (terciarização) participam na gestão da extensão e na disseminação de tecnologias;

1.2 SUBSECTOR DE IRRIGAÇÃO – Indicador N. 33: “Nº de hectares de regadios reabilitados com fundos públicos e colocados sob gestão dos beneficiários.”

São razões do incumprimento das metas do sub sector de irrigação as seguintes:

2009, é ano que termina um dos grandes projectos de irrigação financiado pelo Banco Africano, que por sinal contribuía com uma meta de cerca de 2500 ha e que esta foi revista tendo baixado para 1250 ha.

Procedimentos na tramitação dos processos bastante longos e complexos; Atrasos na devolução do IVA aos empreiteiros, criando problemas no relacionamento comercial com as unidades de gestão dos Projectos e os empreiteiros; Problemas com a oferta de serviços de qualidade para a construção de obras hidro-agrícolas; Custos unitários para a construção e reabilitação de regadios bastante elevados, o que afecta a realização das metas do sector, se tomarmos em conta que os orçamentos são limitados; Poucas empresas com vocação profissional na área de irrigação.

1.3 SUBSECTOR DE TERRAS E FLORESTAS – Indicador N. 34: “N.º de comunidades locais delimitadas e registadas no atlas cadastral”.

O assunto de atenção especial resultante da Revisão Conjunta 2009, foi “Acções para facilitar uma melhor compreensão sobre a aplicação da Lei de Terras para as comunidades”. Foram efectuadas as seguintes actividades:

- O Governo organizou um seminário nacional de terras em Maio de 2009 onde foi esclarecido e dadas instruções sobre o significado dos *Planos Genéricos* para áreas comunitárias, em que se define, na generalidade, os interesses e o uso que a comunidade vai fazer dentro dos limites da parcela em delimitação, num processo e representado em esboço simplificados. Refira-se que o Governo participa e lidera em todos os casos, no processo das delimitações, desde o diagnóstico até ao registo cadastral e concessão da certidão
- Ainda no mesmo seminário, debruçou-se sobre o conceito de comunidade, como definido na Lei de Terras.
- Para consolidar o processo das delimitações comunitárias, o Governo está, por outro lado, a implementar o programa de Levantamento e Inventariação para o Mapeamento Cadastral cujo objectivo primário é o de assegurar os direitos costumeiros das populações sobre a terra.

É importante sublinhar que a delimitação das terras comunitárias, visa consolidar direito originário que as comunidades já o possuem por lei, independentemente da titulação

As conclusões da reunião foram incluídas num relatório com uma matriz de acções para seguimento e enviados a todas as províncias. Em consequência dessa reunião, as delimitações das terras comunitárias, prosseguem a ritmo normal e nelas participam o Governo, as ONGs, incluindo a ITC – Iniciativa de Terras comunitárias.

Para os próximos anos o Governo pretende consolidar o processo de delimitação das terras comunitárias, à escala nacional, com metas comparticipadas pelas províncias, além de um maior envolvimento dos programas com parceiros nacionais e internacionais, com vista a abranger a maioria das comunidades, à medida da fragilidade do seu direito.

Em relação a reformulação do indicador de terras “Nº de comunidades locais delimitadas e registadas no atlas cadastral”, assunto de destaque durante a Revisão Conjunta, foi acordado que o indicador seria desdobrado em dois em vez de reformulado, de forma a incluir adequadamente o aspecto da emissão de certidões, da seguinte maneira:

- “Nº de comunidades locais delimitadas e registadas no atlas cadastral”
- “Nº de certidões entregues as comunidades após o lançamento no atlas cadastral”.

A alteração feita não poderá ser incluída na actual matriz do QAD (Quadro de Avaliação de Desempenho), passando a ser avaliado dentro da Matriz Estratégica

do sector. Ao mesmo tempo, ajustaram-se as metas do indicador para que deixassem de ser metas cumulativas passando para metas anuais

2. Estudos Analíticos propostos para 2010

Estão planificados os seguintes estudos conjuntos para 2010:

1. Estudo sobre a Arquitectura da Ajuda no Sector da Agricultura que está a decorrer neste momento, com o objectivo de organizar formas de apoio das diferentes actividades do sector e garantir melhor coordenação das instituições envolvidas.
2. Auditoria de Desempenho do Sector da Agricultura que está prestes a iniciar e espera-se que decorra durante o ano de 2010.

Pilar V - Assuntos Transversais

Introdução

O Grupo dos Assuntos Transversais, no âmbito do exercício de Planificação em curso e em observância aos Termos de Referência orientadores do trabalho, apresenta por subgrupo (i) os indicadores e metas para o ano 2010 (incluindo notas técnicas para cada indicador); (ii) as metas indicativas para o ano 2011; e os progressos registados em relação aos assuntos de atenção especial, por sinal do subgrupo de HIV e SIDA levantados durante a Revisão Anual de 2009. Os detalhes inerentes aos Indicadores constam dos anexos que reúnem as respectivas notas explicativas. De igual modo constam dos anexos a lista dos estudos conjuntos a serem realizados pelo pilar em 2010.

1. Área do HIV e SIDA

O indicador nº37 sobre o PTV e que faz parte do Grupo dos Assuntos transversais mantém-se, tendo, no entanto sido re-examinadas e redefinidas as metas, uma vez que a metodologia de cálculo do número de mulheres a precisarem da profilaxia de prevenção da transmissão vertical foi alterada. A nota técnica sobre este indicador dá o esclarecimento sobre este aspecto e todos os fundamentos que consubstanciam os números avançados. Os restantes indicadores da matriz global do PARPA foram também reapreciados, tendo igualmente sido projectadas as metas indicativas de 2010 e 2011.

Relativamente ao único assunto que merecia atenção especial, anote-se que nos últimos meses os sectores intensificaram as acções de prevenção e mitigação no local de trabalho, tendo sido incrementado em dobro o nº de funcionários aconselhados e testados dos quais um nº abaixo de 20% foi encaminhado para seguimento hospitalar. Enquanto isso, está em implementação a Estratégia de Aceleração da Prevenção com o objectivo de incrementar as acções de luta contra o HIV e SIDA no país, tornando as acções de prevenção melhor focalizadas e coordenadas. Duas campanhas serão lançadas no presente ano – uma sobre parceiros múltiplos e concomitantes e outra voltada à protecção das ‘janela de esperança’. O seu objectivo é fortalecer as acções de comunicação para formação e mudança de comportamentos. Igualmente foi elaborada a estratégia de intervenção para o apoio nutricional dos doentes em TARV para incentivar a adesão e permanência no Tratamento. Para que estas intervenções tenham impacto desejável será imperiosa uma mobilização alargada dos parceiros para concentrarem os seus investimentos em áreas e matérias tidas como prioritárias pelo Governo, em observância ao alinhamento preconizado pela Declaração de Paris sobre Ajuda ao Desenvolvimento e em reforço do princípio dos Três Uns.

2. Área do Meio Ambiente

Tendo sido atingido o indicador 40 do QAD há a necessidade de se continuar a elaboração dos planos distritais de uso da terra da zona costeira com a aplicação de novos instrumentos como **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)**, tendo como objectivo harmonizar os planos sectoriais e distritais, assessorar na tomada de decisão para a implementação de actividades e orientar a população e os investidores sobre alternativas de desenvolvimento sustentável. A proposta da meta é ter 50% dos distritos da zona costeira com planos de uso da terra elaborados seguindo AAE até 2011.

3. Calamidades Naturais

Esta é uma proposta de um indicador que não consta do QAD original, pelo que o Grupo solicita a sua inclusão. O indicador projectado é: *% de províncias com Centros operativos de Emergência (COE) operacionais e comunidades com Comitês Locais de Gestão do risco de Calamidades (CLGRC)*, pela necessidade de descentralizar a estrutura operacional de preparação e resposta às calamidades já existente a nível central. O seu objectivo é o de reduzir o impacto negativo das calamidades na sociedade moçambicana.

4. Desminagem

Não contém indicador no QAD. No entanto, o sector definiu o indicador a seguir para medir o seu desempenho: *Área cumulativa desminada em milhões de Km²*. O seu objectivo é o de desminar e destruir os engenhos não explodidos localizados, tornando as áreas afectadas potencialmente aptas para actividades sócio-económicas.

5. Desenvolvimento Rural

Propõe-se a reformulação do indicador para o seguinte: *N.º Cumulativo de Clientes de Micro-Finanças e Finanças Rurais*. O seu objectivo é o de mostrar o desempenho do sector de Micro-Finanças e Finanças Rurais, seu grau de cobertura nacional e seu contributo para o desenvolvimento económico local.

6. Género

O indicador constante do QAD mantém-se. As propostas indicativas para metas de 2010 e 2011 constam da nota técnica.

7. Ciência e tecnologia

Nunca constou dos indicadores do QAD. Há necessidade de se esclarecer se o subgrupo deverá ou não reflectir em possíveis indicadores para o futuro QAD.

8. Segurança Alimentar

Esta é uma proposta de indicadores que não constam do QAD original, pelo que o Grupo solicita a sua inclusão: (i) *% da população com dieta adequada (diversidade da dieta)*; (ii) *Peso para altura para crianças menores de 5 anos (desnutrição aguda)*. Os seus objectivos constam da nota técnica.